

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.792 - SP (2019/0323966-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : EUGENIO CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO : TÂNIA REGINA SPIMPOLO - SP081177
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : VERA LÚCIA DE CARVALHO RODRIGUES - SP070001
SELMA BRILHANTE TALLARICO DA SILVA - SP144668B

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo EUGENIO CARLOS DOS SANTOS, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 233/234, e-STJ):

“APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CERCEAMENTO DE DEFESA - PROVA PERICIAL DOCUMENTOS - Estando os autos devidamente instruídos, cabível o julgamento antecipado da lide, sendo desnecessária a realização de prova pericial - Ação de execução consubstanciada em 'Cédula de Crédito Bancário' e demonstrativo do débito - Inteligência do art. 330, I, do ACPC (art. 355, I, do NCPC) e do art. 28, §2º, I, da Lei nº 10.931/04 - Inocorrência de cerceamento de defesa Precedentes desta C. Câmara - Preliminar afastada”.

“AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL - Ausência de impugnação pelo banco do laudo técnico carreado aos autos que não implica na procedência dos embargos à execução - Matéria de direito - Documentos juntados aos autos da ação executiva que se revelaram suficientes para o deslinde da causa - Preliminar afastada”.

“LIMITAÇÃO DE JUROS - JUROS EXCESSIVOS - Entendimento no sentido de que, mesmo antes de sua revogação, o artigo 192, §3º, da Constituição Federal, não era autoaplicável, dependendo de regulamentação Aplicação da Súmula Vinculante nº 7, de dezembro de 2008 - Cabível a aplicação dos juros praticados pela instituição financeira Precedentes do C. STJ - Sentença mantida - Apelo improvido”.

“CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada - A única exceção que se abre está na capitalização mensal que se admite nas cédulas previstas em leis especiais, ou nos contratos celebrados após a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, de 30/03/2000, e suas reedições, desde que expressamente pactuada - Contrato firmado após a aludida MP - Existência de previsão em contrato da capitalização de juros - Lícitude da referida prática reconhecida Sentença mantida Apelo improvido”.

“MEDIDA PROVISÓRIA INCONSTITUCIONALIDADE - Nos contratos bancários prevalece o disposto no art.5º, da Medida Provisória nº 2170-36/2001, vez que ausente decisão definitiva, proferida pelo C. STF - O julgamento cautelar da ação direta de constitucionalidade ainda está em

Superior Tribunal de Justiça

andamento, aguardando manifestação dos demais membros do Plenário daquela Corte (cf. Informativo STF 262 e 413) - Constitucionalidade presumida, até o julgamento da ADIN - Permanece, pois, surtindo efeitos no ordenamento jurídico o ato legislativo combatido Apelo improvido”.

“LEI Nº 10.931/04 - INCONSTITUCIONALIDADE - Constitucionalidade da Lei nº 10.931/04 reconhecida, ante a ausência de declaração, emitida pelos órgãos competentes, em sentido contrário Súmula 14 deste E. TJ Sentença mantida - Apelo improvido”.

“SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA VENDA CASADA - Cobrança de seguro de proteção financeira, prevista no contrato firmado, que trouxe efetivo benefício a ambas as partes, em conformidade com a legislação vigente - Ausência de infringência ao recurso repetitivo do C. STJ - Embargante que manifestou livremente sua vontade ao contratar o seguro oferecido pela instituição financeira - Sentença mantida - Apelo improvido”.

“HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO - Sentença proferida e publicada quando já em vigor o NCPC - Tendo em vista o trabalho adicional realizado em grau de recurso e o fato de ter o embargante restado integralmente vencido no apelo, com base no art. 85, §11, do NCPC, majoram-se os honorários advocatícios para 20% sobre o valor atualizado da causa - Apelo improvido.”

Nas razões do recurso especial (fls. 247/267, e-STJ), o insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando a impossibilidade de cobrança do seguro prestamista. Sustenta que o encargo não pode prevalecer devendo ser afastado, por se tratar de venda casada.

Contrarrazões (fls. 434/443, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 444/445, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A Segunda Seção, quando o julgamento do Recurso Especial n. 1.639.320/SP e n. REsp 1.639.259/SP (Tema 972), fixou a tese acerca da: 1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, **em contratos celebrados a partir de 25/02/2011**, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva. 2 - Nos contratos bancários em geral, **o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada**. 3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora. [grifou-se].

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 972/STJ. DIREITO BANCÁRIO. DESPESA DE PRÉ-GRAVAME. VALIDADE NOS CONTRATOS CELEBRADOS ATÉ 25/02/2011. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. VENDA CASADA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA DA SEGURADORA. ANALOGIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 473/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO OCORRÊNCIA. ENCARGOS ACESSÓRIOS.

1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 2.1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.

2.2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

2.3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora.

3. CASO CONCRETO.

3.1. Aplicação da tese 2.3 ao caso concreto, mantendo-se a procedência da ação de reintegração de posse do bem arrendado.

4. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1639320/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 972/STJ. DIREITO BANCÁRIO. DESPESA DE PRÉ-GRAVAME. VALIDADE NOS CONTRATOS CELEBRADOS ATÉ 25/02/2011. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. VENDA CASADA. OCORRÊNCIA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA DA SEGURADORA. ANALOGIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 473/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO OCORRÊNCIA. ENCARGOS ACESSÓRIOS. 1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 2.1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva .

2.2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

2.3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora.

3. CASO CONCRETO.

3.1. Aplicação da tese 2.1 para declarar válida a cláusula referente ao ressarcimento da despesa com o registro do pré-gravame, condenando-se porém a instituição financeira a restituir o indébito em virtude da ausência de comprovação da efetiva prestação do serviço.

3.2. Aplicação da tese 2.2 para declarar a ocorrência de venda casada no

Superior Tribunal de Justiça

que tange ao seguro de proteção financeira.

3.3. Validade da cláusula de ressarcimento de despesa com registro do contrato, nos termos da tese firmada no julgamento do Tema 958/STJ, tendo havido comprovação da prestação do serviço.

3.4. Ausência de interesse recursal no que tange à despesa com serviços prestados por terceiro.

4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1639259/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu que (fls. 241/243, e-STJ):

Por fim, lícita se revela, ainda, a cobrança do seguro, previsto no item 4 (fl. 79) do contrato firmado, e que beneficia ambas as partes.

A financeira porque detém uma espécie de garantia de pagamento do débito, e também o mutuário, porque se exime da dívida, em caso de inadimplemento.

Ademais, a contratação do seguro não é, por si só, ilícita ou abusiva.

Veja-se, outrossim, que havia, no campo “seguro de proteção financeira”, as opções “sim” e “não”, tendo o cliente bancário optado pelo “sim” (fl. 77).

Não há provas, nos autos, de que o apelante foi compelido a contratar o seguro que ora se discute.

Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo

2. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Deixa-se de fixar honorários sucumbenciais recursais em razão de os honorários já terem sido fixados no limite máximo de 20%, consoante determinado no § 11 do art. 85 do NCPC.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator